

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRABALHO NO BRASIL E NA FRANÇA: BREVES NOTAS INTRODUTÓRIAS

Carlos Nelson dos Reis¹

Jane Cruz Prates²

Nicolas A. J. Da Silva³

Resumo: O presente artigo é substrato de um projeto de pesquisa, sobre as transformações no mundo do trabalho, tomando por base as realidades brasileira e francesa, proposta conjunta, que se encontra ainda em fase inicial, entre Brasil e França, submetido ao edital COFECUB / Capes. Apresenta-se de modo breve algumas reflexões sobre o processo de reestruturação produtiva e as transformações societárias que dela decorrem, entre as quais o trabalho precário, enfatizando algumas expressões materializadas no Brasil e na França no contexto presente de recrudescimento da questão social.

Palavras chave: reestruturação produtiva, precarização do trabalho, Brasil e França

1. INTRODUÇÃO

O trabalho no seu sentido ampliado é toda a forma de produção e expressão humana, o homem não só trabalha para transformar a natureza e atender suas necessidades do estomago e da fantasia, mas desenvolve seu processo de humanização a partir do trabalho, transforma e se transforma ao produzir. (MARX, 1989) E exatamente em razão da potencialidade dessa categoria, por ser ela a chama que movimenta o processo de produção em sentido ampliado, o capitalismo dela se apropria alienando o sujeito que produz de diversas formas e em diversos níveis. No livro 1, do Capital, Marx explicita os níveis de alienação e estranhamento do homem que trabalha no modo de produção capitalista, em relação ao produto do trabalho, em relação ao processo de produção, na relação consigo mesmo e por fim em relação aos demais produtores. E no livro 2 nos fala da Lei Geral de acumulação capitalista.

¹ Economista e Professor do PPGSS e do PPGE da PUCRS.

² Assistente Social, doutora em Serviço Social, professora do PPGSS e Bolsista produtividade do CNPq

³ Economista, Doutor em Economia, professor e pesquisador da Université Paris XIII.

A concorrência e o crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção em que se amplia a produção capitalista e a acumulação. Além disso, o progresso da acumulação aumenta a matéria que pode ser centralizada, isto é, os capitais individuais, enquanto a expansão da produção capitalista cria a necessidade social e os meios técnicos dessas gigantescas empresas industriais cuja viabilidade depende de uma prévia centralização do capital. (MARX, 1989, pg. 728)

E continua destacando que a Lei geral absoluta da acumulação capitalista mostra que ao crescer a riqueza cresce ao mesmo tempo o exército de reserva ou os trabalhadores desempregados, porém esse crescimento ao pressionar o exército de trabalhadores ativos amplia o pauperismo. Complementa por fim que:

Esta lei se transmuta na seguinte: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital (MARX, 1989, 748).

Portanto, o processo de acumulação ao se efetivar faz crescer o fosso das desigualdades entre as classes sociais, ou seja, ocorre a acumulação tanto de riqueza quanto de pobreza, o que acaba por restringir a capacidade de consumo das mercadorias produzidas alimentando as crises. (IAMAMOTO, 2018)

As políticas anti-crise de raiz liberal são parte de um projeto de classe destinadas a restaurar e consolidar o poder do capital privatizando lucros e socializando custos. (HARVEY apud IAMAMOTO, 2018)

É nessa perspectiva que Marx e Engels, no Manifesto, destacam que as crises são pretextos para ampliar jornadas de trabalho, para intensificação da exploração, diminuição de salários e de direitos.

Regra geral a austeridade nos momentos de crise e de aumento da dívida pública tem sido apresentada como remédio necessário que exige reformas estruturais no Estado. No entanto, esta orientação de política econômica tem uma longa história de fracassos, porque trata-se de um programa de concentração de renda e riqueza, que compromete o futuro das próximas gerações, aumenta a desigualdade e destitui direitos. O arrocho fiscal imposto pelas políticas de austeridade econômica tem promovido o desmonte de políticas públicas e aberto espaço para novas agendas de governo com vistas ao aumento da influência privada nas decisões do estado trazendo como

consequência o aumento do desemprego, da pobreza e a redução do poder de barganha dos trabalhadores.

Os ajustes vêm para responder aos endividamentos interno e externo e capturam o fundo público para esse fim, soma-se a isso o fato de as elites, sempre utilizarem o Estado para patrocinar seus interesses particularistas.

Essas políticas contam com o apoio da mídia burguesa que as apresentam como a única alternativa possível para sair da crise, ampliar emprego e reduzir violências (BOURDIEU, 2001). No caso brasileiro a mídia tem sido um elemento chave para veicular a ideologia dominante e suas propostas de desmonte do estado social. Marx, destaca o papel da mídia burguesa, na obra a guerra civil na França, quando os combatentes da comuna de Paris são apresentados como marginais, criminosos, incendiários porque defendiam-se com barricadas de fogo de poderosas armas, ao mesmo tempo em que silenciavam em relação as muitas vidas perdidas de trabalhadores, a tortura de lideranças e outras atrocidades. Marx conclui dizendo que o capitalismo durante as crises mostra sua face mais cruel: sua selvageria pura.

2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O final dos anos 1960 demarca o final dos 30 anos gloriosos do capitalismo sob a égide da economia norte-americana e o início de uma vigorosa crise capitalista nos países centrais sob a marca da *stagflação*. Ou seja, atividade produtiva estagnada e acompanhada de processo inflacionário. Em realidade o cenário ao longo dos anos 1970, principalmente nos países de capitalismo desenvolvido, é de preocupação e busca de alternativas que venham repor as condições de produção e reprodução na lógica do capital. (AGLIETTA 1982).

A literatura de economia, ciências sociais, história entre outras é convergente na afirmação de que se tratava de uma crise estrutural, a qual não se resolveria com simples alteração na formulação de políticas econômicas. O encaminhamento de sua solução deveria passar por vigorosa reestruturação produtiva, o que remeteria a uma mudança de paradigma teórico para a formulação das respectivas políticas econômicas. Foi neste contexto que o referencial teórico keynesiano cedeu espaço para uma nova versão liberal identificada como neoliberalismo (MULLER 2018). Tal reestruturação produtiva

iria mudar o paradigma técnico científico da base produtiva e conseqüentemente o processo de gestão da mão-de-obra.

Nesta perspectiva, essas transformações societárias que, em seu núcleo envolvem os principais proprietários de fator de produção, buscam fazer o sistema retornar a sua lógica reprodutiva de geração de riqueza e, com isto, elevam o conflito capital e trabalho para um nível muito mais acentuado que em períodos anteriores. Isto porque, as mudanças nas formas de gestão e organização do processo produtivo e da sua base técnica enquanto processo capitalista de transformações constitui parte da busca incessante da acumulação, logo os instrumentos utilizados pelo capital para se sobrepor ao trabalho são mais vigorosos. De forma muito sintética, este instrumento chama-se: tecnologia com base na microeletrônica que, já nos anos 1980, passa a se proliferar como um meio de obtenção de aumentos de produtividade. A equação é simples: aumento de tecnologia microeletrônica nos processos produtivos é vista como investimento; menos necessidade de força de trabalho, entendida como diminuição de custos; mais produtividade, que significa mais reprodução do capital investido.

Assim, a reestruturação produtiva deve ser entendida de um lado como o conjunto de inovações tecnológicas especialmente de base microeletrônica e de outro, através de uma nova modelagem de organização do trabalho⁴, expressa no uso do modelo flexível. Esta reestruturação, tendo como fundamento teórico o referencial neoliberal, decorre da necessidade de competitividade teleguiada pela lógica do mercado em razão da concorrência intercapitalista e, não se pode deixar de observar, está intrinsecamente objetivada a busca de controlar as lutas sociais diante da globalização dos mercados e da mundialização do capital.

É fundamental reter a posição de que o paradigma teórico neoliberal teve como receita para a saída as seguintes proposições: manter um Estado forte para o controle da moeda, mas, também para romper com o poder dos trabalhadores obtido via suas entidades representativas, porém um Estado mínimo nos gastos sociais e nas regulamentações econômicas; forte para manter permanentemente a estabilidade monetária como meta suprema de governo; forte na disciplina orçamentária contendo

⁴ “Por organização do trabalho designamos a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidades etc.” (Dejours, 1988, p.25)

gastos sociais e restaurando a taxa natural de desemprego, traduzindo-se em desemprego estrutural⁵; reforma fiscal, reduzindo impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas; aumento da desigualdade social; desmonte dos direitos sociais com a quebra da vinculação entre a política social e os direitos, ou seja, a ruptura do pacto político fundado no Estado de Bem-Estar. De sorte que, este receituário seria a base para a reestruturação produtiva das economias centrais, num primeiro plano e num segundo as periféricas. (LORDON 2014).

Desta forma, os sintomas básicos da saída da crise global que se manifestava nas sociedades capitalistas na contemporaneidade dos anos 1970 eram: a reestruturação produtiva e a globalização das economias e dos mercados. Esses sintomas rebatem diretamente nas formas de regulação do Welfare State, principalmente nos países haviam avançado na implantação de sistemas de seguridade social.

Isto posto, é crível a constatação de que a mundialização do capital e a globalização dos mercados trouxe fortes repercussões aos países periféricos, em especial àqueles que possuíam um complexo parque industrial em consolidação, como era o caso do Brasil. Assim, identificar a intensidade com que essas repercussões rebateram na vida social e as dificuldades que surgiram para o equacionamento torna-se indispensável para compreender a realidade atual.

Sem dúvida que, desde o início da formulação de políticas econômicas fundamentadas no recorte teórico neoliberal, que nada mais é senão mais mercado e menos intervenção estatal, verifica-se, do ponto de vista social, o crescimento do número de indivíduos em condição de vulnerabilidade social: pobreza; desemprego estrutural e exclusão social; ao mesmo tempo em que há uma vigorosa concentração de renda e riqueza no mundo (BERING, 2000). Por outro lado, do ponto de vista político, o que se constata é o esvaziamento das instituições democráticas como reflexo de uma lógica economicista, autoritária e tecnocrática, assumida pelos Poderes Executivos, e, no campo da cultura, constata-se o aprofundamento do individualismo, do consumismo e do pensamento único.

⁵ Desemprego estrutural origina-se de mudanças na tecnologia de produção ou nos padrões de demanda dos consumidores. Em ambos os casos, um grande número de trabalhadores fica em situação de desemprego, enquanto uma minoria qualificada é beneficiada. Considerando a corrida tecnológica permanente que demarca esse período do capitalismo, o desemprego estrutural torna-se um componente da vida contemporânea (BERING, 2000)

Importante destacar que em meio as vigorosas transformações societárias propostas e impostas pela reestruturação produtiva, em 24 de julho de 2007 eclode no epicentro do capitalismo uma robusta crise financeira. Tal crise denominada de Crise do Subprime, levou à decretação de falência de importantes bancos e proliferou-se no cenário global, atingindo as economias centrais e as periféricas em dimensões diretamente proporcionais aos seus respectivos graus de vulnerabilidade externa (REVUE DE LA REGULATION, 2009). Na especificidade de Brasil e França, a título de pontuação de acontecimentos em decorrência de ajustes impostos ou pela reestruturação produtiva ou pela crise do Subprime tem-se:

- 1) Várias reformas econômicas com repercussões sociais;
- 2) Inúmeros movimentos populares: manifestações; mobilizações; e, grevistas;
- 3) Os números do mercado informal de trabalho crescem de forma preocupante;
- 4) As taxas de desemprego aumentam consideravelmente, chegando em ambos países a casa dos dois dígitos;
- 5) Resultante de todos estes movimentos de reformas e contrarreformas tem-se os números da pobreza extrema e pobreza relativa: na França retornando à paisagem do cotidiano; e, no Brasil retornam às pautas diárias de governos e sociedade como um todo.

Por fim, as transformações nos movimentos da tríade: Estado, mercado e sociedade fundamentados no ideário fornecido pelo referencial teórico neoliberal remetem a essa nova etapa que tem como um dos pressupostos essenciais as inovações tecnológicas de base microeletrônica cuja consequência, na perspectiva da economia política, significa o aumento do trabalho morto, corporificado num novo paradigma tecnocientífico⁶, e a consequente diminuição do trabalho vivo culminando com a redução da utilização de força de trabalho para a produção e reprodução do capital e geração de riqueza resultando maior desemprego estrutural. Com a revolução da base técnica ocorre o aumento da produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração de mais-valia, economizando mão-de-obra. O argumento utilizado é que isto possibilitará a competitividade diante da concorrência intercapitalista em um mercado “globalizado” pela abertura econômica a partir da “reforma” do Estado baseada no ideário de recorte neoliberal. Nesta perspectiva, é nessa direção que se

⁶ Para um maior aprofundamento sobre paradigma tecnocientífico ver PEREZ,

naturalizam propostas de alteração de legislação trabalhista e a permanente crítica ao sistema de proteção social.

3. TRABALHO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL E NA FRANÇA

O que vimos assistindo no Brasil, nesse ainda recente, mas nefasto governo Bolsonaro é exatamente uma selvageria pura contra os trabalhadores sem precedentes e a proposta de reforma da previdência que nega a solidariedade coletiva que caracteriza a seguridade social brasileira almejando substituí-la por títulos de capitalização, de responsabilidade individual, é sem dúvida, a maior delas.

Contudo para melhor desocultar o momento presente é preciso buscar sua gênese na história. A história brasileira é marcada por largos períodos de colonização, escravismo, ditadura e populismo, pelo desenvolvimento de um capitalismo dependente e tardio e um estado de bem estar inconcluso, por uma educação tardia premida por reformas verticais que sempre atenderam interesses particularistas e não as necessidades da população, pela política do favor, da moeda de troca, do patrimonialismo e do coronelismo, pela conformação de uma burguesia extremamente conservadora e subalterna ao grande capital internacional e por uma sociedade civil frágil, fruto de amplos períodos em que a participação lhe foi negada.

No âmbito do trabalho não é diferente, os processos de subalternização e atraso na garantia de direitos é também uma marca em nosso País. Como bem destaca Caio Prado Jr. é fundamental considerar o eixo escravista-colonial para analisar o trabalho no Brasil.

A Constituição de 1988, conformada no período de abertura democrática, após 21 anos de ditadura, embora tenha sido fruto de uma disputa de forças que reduziram a amplitude dos direitos almejados pela sociedade, obteve avanços significativos, entre os quais, a garantia da seguridade social, composta pelas políticas de saúde, assistência social e previdência social, Além disso foi de fundamental importância a garantia de percentuais orçamentários previstos em lei para a saúde e a educação, considerando tratem-se de políticas estruturantes, e por fim, mas não menos importante, a gestão

conjunta entre governo e sociedade e a instituição de conselhos paritários compostos pelo governo e pela sociedade civil para materialização do processo de cogestão.

Estes avanços exigiam a manutenção de um estado social forte que pudesse materializar efetivamente o que se aprovara na Carta Magna.

Contudo, a década de 1990 foi marcada pela implementação das políticas de recorte neoliberal no Brasil, que tinham na minimização do estado social e nos processos de privatização sua centralidade. A vitória de Lula, freia em parte o ímpeto neoliberal voraz que marcou o início da década de 1990, mas infelizmente não de modo radical. Embora de caráter popular, o novo governo tinha uma constituição híbrida, composta não só por partidos de esquerda, mas também por partidos de centro e de direita, que representavam os interesses das elites nacionais.

Portanto, embora Lula e Dilma tenham obtido alguns avanços na redução das desigualdades as políticas implementadas sempre atenderam ao mesmo tempo aos interesses do capital, ou não teriam sido efetivadas, ou seja, o histórico processo de conciliação de classes foi mantido.

Mas não se pode negar que, embora contraditórias, essas políticas incidiram de alguma forma sobre as condições materiais de existência da população, em que pesem nossas próprias críticas. Segundo o IPEA a desigualdade de renda no Brasil caiu continuamente entre 2001 e 2011: a renda dos 10% mais ricos teve um aumento acumulado de 16,6% enquanto a dos mais pobres cresceu 91,2% no período. A inédita redução da desigualdade de renda e não concentração da propriedade e de capital teve como fontes: o trabalho (58%), a previdência (19%) o Programa Bolsa Família (13%) o BPC (4%). Outras rendas, como alugueis e juros tiveram um crescimento de 6%. Ainda segundo o IPEA, com base na PNAD 2011, nas famílias chefiadas por analfabetos a renda subiu 88%, a renda cresceu mais nas comunidades rurais mais pobres (85,5%) contra 40,5% nas metrópoles e 57,7% nas demais cidades. A renda dos que se identificaram como pretos subiu 66,3% e pardos 85,5% contra 47,6% dos brancos. (IAMAMOTO, 2018, 74).

Esse cenário sofre uma reversão significativa no momento presente. O perfil do emprego que prevalece hoje é o desemprego maciço e prolongado, a informalidade, a

terceirização, o trabalho temporário, o subemprego, a grande rotatividade e mais recentemente o trabalho intermitente.

Em 2008, com a crise internacional do capital que se agrava, com repercussões desastrosas na área do emprego e da seguridade social nos mais diversos países do mundo, o Brasil implanta as políticas anticíclicas ou neodesenvolvimentistas para enfrentar a crise, fazendo com que seus impactos fossem protelados no Brasil, por cerca de 5 anos, o que com a queda internacional do preço das *commodities* não foi mais possível manter. A última eleição de Dilma, uma eleição acirrada, ocorre em meio ao recrudescimento da crise no Brasil e descontentamento de parte da população com a situação recessiva, por sua vez, a direita que perdera as eleições não se conforma e passa a articular o golpe, com o apoio da mídia e do então vice-presidente Michel Temer.

Temer era ainda vice-presidente de Dilma quando lançou o Plano Ponte para o Futuro que se comprometia a atender aos anseios neoliberais de flexibilização de direitos e espaços democráticos, plano este articulado com as federações de indústria estaduais. Não esperavam, contudo, que o golpe fizesse surgir uma liderança como a de Bolsonaro, de ultradireita, mesmo assim no curto governo Temer, os trabalhadores amargaram importantes perdas, como a Lei 95/2016 de reajuste fiscal ou Lei do congelamento e a reforma trabalhista que mexeu em direitos fundamentais como férias, jornada de trabalho, remuneração e plano de carreira. (PRATES, 2017)

O discurso que buscava justificar a reforma trabalhista era o de que a flexibilização acarretaria uma maior oferta de empregos, mas não é o que mostram os dados da PNAD continua 2019, A taxa de desocupação que em 2015 era de 7,9%, em 2016 passa para 10,9 %, em 2017 para 13,7%, em 2018 para 13,1% e hoje é de 12, 7%. De janeiro a março de 2019 cerca de 13,4 milhões de pessoas estavam desempregadas no Brasil, sem carteira de trabalho 11, 1 milhões, por conta própria 23,8 milhões, desalento 4,8 milhões. (IBGE, 2019)

O governo Bolsonaro, assumidamente de direita, vem acompanhado da eleição de conservadores de extrema direita no parlamento e no congresso, sem uma base partidária sólida, elege-se sem propostas claras, apenas comprometendo-se a combater a

corrupção, valeu-se das redes sociais como principal espaço de campanha, sem debates públicos ou explicitação de compromissos mesmo com aqueles que o elegeram.

Embora ainda bastante recente, com pouco mais de 6 meses a frente do executivo, esse governo que retoma o projeto, cuja radicalidade foi interrompida nos anos 1990, tem se caracterizado pela instabilidade de narrativas, com muita frequência afirmações e decisões são negadas e revistas, explicitando a falta de articulação interna do próprio governo, a falta de uma base aliada e a falta de planejamento. Fruto da articulação entre o fundamentalismo, o conservadorismo e o neoliberalismo radical, tem como meta a minimização total do estado social, a privatização em larga escala e a entrega do patrimônio nacional ao capital estrangeiro, em que pese seu discurso nacionalista. É parte de seu projeto a flexibilização máxima do trabalho, o desmonte de instâncias organizativas, de direitos sociais, bem como a transformação das políticas públicas em novos *nixos* de mercado, em especial a educação e a saúde, que já vem sofrendo processos de privatização. Do mesmo modo, ficam evidenciadas a desvalorização da ciência e do conhecimento, das instituições públicas, em especial da Universidade, a criminalização de movimentos sociais, dos servidores públicos, responsabilizados pelo ônus da dívida, de movimentos sociais e da liberdade de pensamento.

Outros aspectos ainda merecem destaque em que relação ao que tem marcado o governo que assumiu seu mandato a partir de janeiro de 2019, no Brasil, tais como o descaso para com a preservação da natureza, a liberação de mais de 30 novos agrotóxicos, alguns há muito proibidos em outros países, porque considerados cancerígenos; o descaso para com as terras e a população indígena, a militarização do governo, a liberação do porte de armas e da caça, os absurdos veiculados em relação aos direitos humanos, a negação da diversidade humana, a imposição de padrões familiares, religiosos, de pensamento e o ataque as liberdades democráticas.

Além desses aspectos amplia-se o desemprego estrutural, a precarização e a deteriorização da qualidade do trabalho, dos salários e das condições em que ele é exercido, o que se agrava ainda mais se considerarmos recortes de gênero, geração, raça e etnia. (RAICHELIS, 2018, 51)

Segundo o IBGE em 2018 o rendimento médio recebido pelas mulheres que realizavam atividades similares a dos homens, era de 79,5%. Em relação a população negra, a PNAD 2017 mostra que enquanto o rendimento médio de brancos era de R\$ 2.814,00, a de pardos era de R\$ 1.606,00 e a de pretos R\$ 1.570,00. A taxa de analfabetismo, em 2016, de brancos era de 4,2% enquanto a de pretos e pardos era de 9,9%. Em 2016, 1.835 crianças, de 5 a 7 anos, trabalhavam no Brasil, das quais 35% brancas e 63,8% pretas ou pardas. A taxa de desocupação, em 2017, era de 9,5% para brancos, 14,5% para pardos e 13,6% para pretos. (IBGE, 2019)

O gerencialismo enquanto ideologia de gestão, em tempos de crise, ganha espaço como estruturador das relações de trabalho entre empregadores e trabalhadores. O gerencialismo tornou-se a face aceitável do pensamento da nova direita sobre o Estado, apresentado como remédio universal para todos os males que envolvem a governança do Estado. Essa governança postula que a gestão privada é mais eficaz, inovadora, flexível do que a pública, porque tensionada pela concorrência. (BRUNO et DIDIER, 2015, HAMMERSCHMID et ali. 2016, RAICHELIS, 2018, 57)

Como bem destaca Raichelis (2018, 62). As novas formas de acumulação e flexibilização dos mercados, das relações de trabalho e dos direitos são a expressão emblemática da ampla e profunda transformação estrutural do trabalho assalariado, com impactos na materialidade e na subjetividade da classe trabalhadora que experimenta a perda de direitos e a insegurança do presente e do futuro, agravadas pela fragmentação e fragilização das estratégias de resistência e de organização coletivas.

No que concerne as manifestações populares, os dois países mostram a insatisfação da sociedade em relação a esse contexto o que se pontua brevemente, para posterior aprofundamento durante o processo investigativo.

Nos últimos seis anos tivemos em solo brasileiro manifestações de resistência às formas de investimentos públicos e ao sistema político partidário, que demonstraram um anseio por mais democracia. Tivemos ainda protestos contra a terceirização e ajuste fiscal. Dentre as últimas reformas, destacamos a lei que estabelece **limite para os gastos** do governo federal durante 20 anos, a reforma trabalhista e da previdência.

A situação na França apresenta muitas semelhanças com o que acaba de ser descrito em detalhes no caso do Brasil. Em um artigo de 2017, comparando eventos em diferentes países europeus, Antoine Math mostrou a relativa falta de impacto da crise de 2008 sobre as políticas públicas na França (MATH, 2017). Antes da crise, ao longo do período 2000-2007, podemos observar, por exemplo, uma aceleração na taxa de crescimento dos gastos com saúde pública em toda a Europa, exceto na Alemanha, Portugal e na França. O período de restrições após 2010 é uma continuidade, não uma ruptura na França. Diante da recessão, entre 2007 e 2009 há uma aceleração momentânea no crescimento do gasto público em saúde (desempenhando um papel de estabilização econômica). Mas após esse breve período de recuperação, os eventos de 2010 (crise da dívida pública) ajudaram a manter ou até mesmo acelerar a trajetória de redução de orçamentos.

Em outras palavras, a França vive um período de declínio contínuo do estado de bem-estar e dismantelamento da lei trabalhista desde (pelo menos) a década de 1990. Os anos 1995-1996 são nesse sentido um marco na França com as ordens Juppé, destinadas a reestruturar a seguridade social. Apesar do significativo protesto da sociedade, muitas das medidas propostas foram implementadas.

O próximo período, de 1997-2002, é mais ambíguo porque o governo se beneficiou da conjuntura internacional favorável. A lei relativa à redução do horário de trabalho de 39 para 35 horas por semana é o símbolo desta ambiguidade, uma vez que, se os trabalhadores trabalharem menos, estarão sujeitos a uma flexibilidade crescente (anualização do tempo de trabalho). A desregulamentação do mercado de trabalho recomeçou significativamente em meados da década de 2000, com, por exemplo, a tentativa, em 2006, de estabelecer contratos específicos para jovens caracterizados por condições salariais desfavoráveis. Os anos 2000 também presenciaram a proliferação de medidas de austeridade (principalmente na previdência e e saúde) além da introdução de métodos de gestão do setor privado no setor público. Preparada pela gestão de François Hollande (Lei El Khomri sobre o trabalho, em 2016, por exemplo), a eleição de Emmanuel Macron é caracterizada pelo paradoxo do aprofundamento das opções neoliberais, enquanto a base social desta política se estreita fortemente. Assim, Emmanuel Macron, ao prosseguir com a austeridade orçamentária, reforçou a flexibilização do trabalho com as portarias de 2017, além disso, reformou a empresa

ferroviária pública em 2018 (SNCF), reduziu auxílios para habitação, aumentou as restrições ao uso de carros considerados poluentes (imposto sobre o carbono), entre outras medidas de mesma natureza. Duas reformas sobre seguro desemprego e previdência estão sendo preparadas.

4. BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da consistência e persistência com que essas políticas neoliberais foram implementadas por décadas, fica claro que os resultados são ruins. O crescimento francês é fraco (para não mencionar os períodos de recessão), o desemprego em massa não começou, a pobreza está crescendo, as desigualdades estão explodindo e assim por diante. Esta situação dá origem a crises sociais muito violentas marcadas por movimentos sociais de massa: 1995 contra as ordenações de Juppé, 2006 contra o primeiro contrato de trabalho, 2010 contra a reforma previdenciária, 2013 os bonés vermelhos contra o ecotaxo, 2016 contra a lei El Khomri, etc. A radicalização das políticas neoliberais, sem resultados materiais, levou em outono de 2018 ao início do movimento dos coletes amarelos, ainda em andamento. Além do governo pontual de Emmanuel Macron, essa resposta repressiva, na verdade, expressa as contradições do capitalismo. Assim, Emmanuel Macron apenas retoma e amplia o movimento repressivo nascido sob o governo de François Hollande durante os desafios da lei El Khomri. O estado de emergência declarado pela Holanda, em 2015, foi renovado, até sua transformação em lei, por Macron, em 2017.

No caso brasileiro não é diferente, manifestações de estudantes, de professores e de ativistas de movimentos sociais tem ido às ruas para expressar seu descontentamento com os cortes de recursos na área da educação, com a ameaça a autonomia das universidades públicas, com as declarações do governo que assinalam para o cerceamento da livre expressão do pensamento, com os cortes de bolsas de estudos que ameaçam a continuidade da pesquisa e produção de conhecimentos no país, nas mais diversas áreas, com o sistemático ataque aos direitos humanos e ao reconhecimento da diversidade humana. Na mesma direção tem ocorrido manifestações contrárias a reforma da previdência e as reformas trabalhistas, a violência policial em comunidades periféricas, a grilagem e incêndios criminosos na Amazonia, a morte de lideranças indígenas.

Diante dessas contradições, a democracia está se desintegrando e a repressão atingiu níveis desconhecidos desde as horas sombrias da guerra argelina e da Segunda Guerra Mundial. Mesmo o movimento de maio de 1968 foi contido sem que ocorresse tal violência. Tendo como justificativa a luta contra o terrorismo, essas leis são usadas massivamente para combater e criminalizar os movimentos sociais, seja no Brasil ou na França, em que pesem suas particularidades distintas.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, Michel. Régulation et crises du capitalisme: l'expérience des États-Unis. FeniXX, 1982.

AUVRAY Tristan, DALLERY Thomas, RIGOT Sandra, L'entreprise liquidée. La finance contre l'investissement, Paris, Michalon, 2016.

BATIFOULIER, Philippe. Capital santé: quand le patient devient client. La Découverte, 2014.

BATIFOULIER, Philippe, DA SILVA, Nicolas, et DOMIN, Jean-Paul. Economie de la santé. Armand Colin, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. As reformas na Política de Assistência Social: da benemerência ao direito social, da solidariedade às parcerias entre o público e o privado. Universidade e Sociedade, Brasília-DF, ano X, n. 22, nov. / 2000, p. 16-22.

BOURDIEU, Pierre. Television. European review, 2001, vol. 9, no 3, p. 245-256.

BRUNO, Isabelle et DIDIER, Emmanuel. Benchmarking: l'État sous pression statistique. Zones, 2015.

DEJOURS, C. (Ed). Plaisir et souffrance dans le travail. Paris: AOCIPed, 1988.

HAMMERSCHMID, Gerhard, VAN DE WALLE, Steven, ANDREWS, Rhys, et al. (ed.). Public administration reforms in Europe: The view from the top. Edward Elgar Publishing, 2016.

IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In RAICHELIS, Raquel, VICENTE, Damares, ALBUQUERQUE, Valéria (org) A nova morfologia do trabalho no Serviço Social, SP, Cortez, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD continua, 2019.
www.ibge.org.br.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LORDON, Frédéric. Les quadratures de la politique économique. Albin Michel, 2013.

MARX, K e ENGELS, F. O Capital. 13 ed. Livro I Vol. I e II Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATH, Antoine. Les effets des politiques d'austérité sur les dépenses et services publics de santé en Europe. *La Revue de l'Ires*, 2017, no 1, p. 17-47.

MULLER, Pierre. Les politiques publiques: «Quesais-je?» n° 2534. Presses universitaires de France, 2018.

PÉREZ, Carlota. Revoluciones tecnológicas y Capital Financiero: La dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza. México, D.F.: Siglo XXI editores, 2004.

PRATES, Jane Cruz. A conjuntura brasileira e os impasses aos processos democráticos. *Revista Textos & Contextos*, v. 16, n. 2 (2017). Disponível em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/29570>

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo in RAICHELIS, Raquel, VICENTE, Damares, ALBUQUERQUE, Valéria (org) *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*, SP, Cortez, 2018

REVUE DE LA REGULATION, Numéro spécial, Crise du capitalisme financier, 1er semestre, 2009.